JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2021

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual da JustaPaz_2021
Propriedade: JustaPaz
Coordenação: Horácio Zunguza
Textos: Filomena Motiane, Telma Tonela, Jorge Saiete e Horácio Zunguza
Revisor: Telma Tonela & Jorge Saiete
Fotografias: Horácio Zunguza
Maquetização: D2D, LDA

INDÍCE

MENSAGEM DA DIRECTORA EXECUTIVA 3

2.PROJECTOS E ACTIVIDADES 4

2.1 Projecto Transformação de Conflitos 4

2.1.1 Governação e Direitos Humanos 4

2.1.2 Abordagem Religiosa e Acesso a Justiça 5

2.1.3 Componente Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz (IEPA) 7

2.2 Projecto Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo do URP – Moçambique 9

2.3 Projecto Her Voice Fund 22

3.MANUAIS, ESTUDOS E PESQUISAS 25

3.1.Manuais 25

3.2. Estudos 25

3.3.Pesquisas 26

4.PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS E TREINAMENTOS 27

QUADRO DE FOTOS 29

Mensagem da Directora Executiva

"Caros Amigos e Parceiros da JustaPaz"

Tomamos esta oportunidade para partilhar com os nossos amigos e parceiros, o trabalho levado a cabo pela JustaPaz em 2021.

Tal como nos dois últimos anos (2019 e 2020), em 2021 continuamos a ressentir os efeitos da pandemia da Covid-19, embora o nível de contaminação tenha abrandado motivado pelas medidas que o Governo tem vindo a tomar com o intuito de controlar o alastramento da doença.

Por conta da pandemia e fenómenos naturais, algumas actividades de campo referentes ao ciclo anterior (2018-2020) não foram realizadas dentro do período, pelo facto, a JustaPaz solicitou ao PPM a extensão do projecto de transformação de conflitos para mais 6 meses. Neste âmbito, e por termos tido uma resposta positiva do PPM, o primeiro semestre de 2021 serviu para realizar actividades do fecho do ciclo anterior bem como para a concepção do plano para o ciclo seguinte.

Caros Amigos e Parceiros,

A JustaPaz, para além de trabalhar em matérias de transformação de conflitos, tem igualmente, abraçado outras áreas de interesse como forma de fazer face aos desafios actuais, obviamente, mantendo sempre a sua missão e visão. Pelo facto, algumas acções que temos levado a cabo, não se refletiam no anterior logótipo da instituição, concretamente as questões ligadas a Governação e Direitos Humanos, e isso fez com que se alterasse o logótipo, passando de ***JUSTAPAZ – Centro de Estudo e Transformação de Conflitos*** *para* ***JUSTAPAZ – Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos****.*

É tendo em conta os desafios actuais que neste novo ciclo, o projecto transformação de conflitos, passa a ter outra designação das componentes, bem como a incorporação de uma nova, como o caro amigo e parceiro poderá acompanhar no desenrolar do relatório.

Por fim, vão os sinceros agradecimentos a todos que directa ou indirectamente continuam dando seu apoio para a JustaPaz, continue dando seu máximo na nobre tarefa de transformação de conflitos para a edificação da paz.

A todos, boa leitura."

Telma R. Tonela

2.PROJECTOS E ACTIVIDADES

Primeiro Momento (Janeiro a Junho de 2021)

No período em alusão, a JustaPaz continuou a desenvolver as suas acções nos dois (2) principais projectos, **(I)**. Transformação de Conflitos; (**II)**. Monitoria da Implementação das Recomendações no processo de Revisão Periódica Universal em Moçambique (UPR). Mais ainda, continuamos a trabalhar na Aliança Contra a Usurpação da Terra em Moçambique **(ASCUT)** e no projecto Her Voice Fund.

2.1 Projecto Transformação de Conflitos

O projecto Transformação de Conflitos integra as seguintes componentes:

I. Governação e Direitos Humanos;
II. Abordagem Religiosa e Acesso à Justiça;
III. Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz (IEPA);

2.1.1 Governação e Direitos Humanos

A componente Governação e Direitos Humanos, lida com os Conselhos Consultivos Distritais, contribuindo na melhoria do desempenho destes no processo de governação e desenvolvimento local. Durante o primeiro semestre de 2021, o programa de Governação e Direitos Humanos, continuou empenhado na capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos nas províncias de Inhambane, Zambézia, Tete e Nampula.



CCP-ZINAVE – Mabote



CCD - Murrupula

Deste modo, o primeiro semestre de 2021 foi dedicado a continuidade das acções de capacitação de membros dos conselhos consultivos em matérias de participação nos Planos Económicos e Sociais, bem como em questões ligadas a negociação sensível ao conflito.

As capacitações foram levadas a cabo nos distritos de Mabote, Panda e Govuro, na província de Inhambane, Muecate, Rapale e Murrupula, em Nampula, Derre, Morrumbala, Mopeia e Luabo, na Zambézia e finalmente Chiúta e Changara em Tete.



CCD - RAPALE

Para além dos membros dos conselhos consultivos a nível distrital, foram igualmente abrangidos os membros dos conselhos consultivos dos postos administrativos dos distritos acima referenciados.
No segundo semestre, que compreendeu o início do novo ciclo e com nova designação da componente (*de* ***Governação e Direitos Humanos*** para ***Governação***), foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Realização do estudo de base nos distritos de Jangamo e Funhalouro em Inhambane; Ile, Mulevala e Namacura na Zambézia; Mossuril e Mogovolas em Nampula.

  O estudo de base procurava perceber se do total das acções constantes no PESOD de 2021, quantas foram feitas pelos membros do conselho consultivo, e quantas mulheres intervieram na última reunião do conselho consultivo.
- Realização de uma pesquisa nos distritos de Jangamo e Funhalouro sobre o funcionamento dos Conselhos Consultivos.

2.1.2 Abordagem Religiosa e Acesso a Justiça

A Componente Abordagem Religiosa e Acesso à Justiça lida com os Juízes Comunitários e Instituições no empoderamento destes, procurando incrementar o número de casos resolvidos numa lógica

restaurativa e promovendo o diálogo entre as instituições religiosas, com o objectivo de diminuir o risco de possíveis casos de conflitos inter-religiosos.

No âmbito desta componente foram realizadas as seguintes actividades:

- Capacitação dos Líderes Religiosos dos distritos de Mabote, Panda e Govuro, em Inhambane; Muecate, Rapale e Morrupula, em Nampula; Derre, Mopeia, Luabo e Morrumbala, na Zambézia; Changara e Chiuta, em Tete.
- Capacitação dos juízes dos tribunais comunitários dos distritos de Mabote, Panda, Govuro, Muecate, Rapale, Morrupula, Derre, Mopeia, Luabo Morrumbala, Changara e Chiuta.



Lideres Religiosos – Morrumbala – Zambézia

Ainda nesta componente, realizou-se um seminário de capacitação dos juízes dos tribunais comunitários da província de Maputo, visando melhorar a sua actuação no que concerne à resolução de conflitos, que são apresentados aos tribunais comunitários pelas comunidades. O evento foi organizado pelo Serviço Provincial da Justiça e Trabalho de Maputo, com o apoio da JustaPaz. O mesmo decorreu sob tema “Regime jurídico dos tribunais comunitários e os desafios destes na implementação da legislação sobre uniões prematuras".



No segundo momento, a componente passou a ser designada "***Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso***" – igualmente para se ajustar aos novos desafios, concretamente aos indicadores da componente, bem como ao objectivo geral do Projecto Conflitos.

Actividades desenvolvidas:

- Encontro com a Direcção Nacional de Administração da Justiça para apresentação do plano trienal e anual, para a concretização das actividades desta componente nos próximos 3 anos (2022 – 2024);





- Realização do estudo de base nos distritos de Jangamo e Funhalouro, em Inhambane; Ile, Mulevala e Namacura, na Zambézia; Mossuril e Mogovolas, em Nampula.

  O estudo procurava saber quantos casos foram mediados pelos juízes dos tribunais comunitários nos últimos 6 (seis) meses, bem como o número de iniciativas de prevenção de conflitos promovidos pelos líderes religiosos nos no mesmo período.

2.1.3 Componente Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz (IEPA)

O IEPA é um espaço criado para reflexão sobre a paz, governação, transformação de conflitos. As suas actividades abarcam dois momentos:

- Conferência de Edificação da Paz
- Cursos específicos e de curta duração

Durante o primeiro semestre de 2021, o programa Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (IEPA), concluiu a primeira fase (revisão bibliográfica) do estudo "Mapeamento de conflito em Moçambique", um documento importante na contribuição ao público para que tenha uma visão geral do estado do país em termos de paz e conflitos. Mais ainda, através desta pesquisa, identificaram-se os focos de conflitos de urgente intervenção, o que constitui um valioso instrumento para as acções da JustaPaz.

Ainda no decurso do primeiro semestre de 2021, o IEPA iniciou a segunda fase (estudo de campo) da pesquisa anteriormente referida. Com o estudo/pesquisa intitulado "*Mulher, rapariga e Direitos Humanos: estudo de caso da província de Inhambane, distritos de Jangamo e Funhalouro*".

Por outro lado, visava identificar as actuais taxas percentuais de uniões prematuras e permanência da rapariga na escola, e os possíveis conflitos. Os resultados mostraram que as questões referentes às gravidezes precoces, uniões prematuras, desinformação, tradição local, pobreza, abandono escolar da rapariga, trabalho infantil e falta de preparação social da comunidade concorrem para a violação dos direitos da rapariga e aumenta os níveis de conflitos baseados no género.

Foi na base destas constatações e outros pressupostos que a JustaPaz achou conveniente introduzir uma nova componente (***Direitos Humanos da Mulher e Rapariga- DHMR***) no projecto conflito como forma de dar seguimento a este tópico de direitos humanos que não só preocupa a instituição, mas também, a sociedade no geral.

Pelo facto de se ter criado uma nova componente DHMR, extinguiu-se a componente Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz, e as actividades que nela eram desenvolvidas, passaram a ser realizadas dentro de cada componente.

Actividades realizadas na componente DHMR:

- Realização de estudo de base nos distritos de Jangamos e Funhalouro. O estudo procurava perceber dentre várias questões, até que ponto os Direitos da Mulher e Rapariga são tidos em conta nos dois distritos selecionados.





2.2 Projecto Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo do URP – Moçambique

Este projecto visa essencialmente contribuir para a promoção dos Direitos Humanos em Moçambique através da Implementação das actividades em 3 níveis:

- Local
- Nacional e,
- Internacional.

A nível local é implementado com a AMPDC- Associação de Mulheres Para Promoção de Desenvolvimento Comunitário, a nível nacional, com o FMMRPU - Fórum de Monitoria do MRPU dos Direitos Humanos da ONU em Moçambique e a nível internacional com a LWF - Igreja Mundial Luterana.

Nível 1. Local

A JustaPaz implementa desde 2018, o projecto "*Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo do URP – Moçambique" que visa* contribuir para a promoção dos Direitos Humanos em Moçambique, através de implementação de actividades a 3 níveis, com recurso as organizações parceiras. Nesta sequência, nos últimos seis meses (Agosto de 2021 a Janeiro de 2022), o projecto preparou e assinou três memorandos de entendimento nomeadamente:

1- Acordo de cooperação JustaPaz com a LWF para a implementação do Projecto Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo do URP – Moçambique,

2- Acordo de Cooperação JustaPaz com a **AMPDC – Associação de Mulheres para promoção do desenvolvimento comunitário com vista** a Implementação do Projecto,

3- Memorando de entendimento JustaPaz com Fórum de Monitoria do MRPU dos Direitos Humanos da ONU em Moçambique (FMMRPU), também no prisma da implementação do Projecto

Estes memorandos estabelecem modalidades de parceria e cooperação para a boa execução do projecto. Por ser um projecto de Local ao Global (L2G), a JustaPaz fez a socialização dos 3 (três) níveis acima mencionados, da mesma acção em relação às comunidade abrangidas, para influenciar sua participação activa no projecto e às estruturas locais, nomeadamente, administração dos distritos de Buzi e Chibabava, aos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas - SDPI, Serviços Distritais de Mulher Accão Social e Saúde - SDMAS, Serviços Distritais de Atividades Económicas-SDAE e Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologias – SDEJT, por serem parcerias importantes para o sucesso do projecto.

Ainda no período em análise, realizou-se o estudo de base, sendo que se identificou 12 facilitadores (pelo menos 50% são mulheres) comunitários que terão a missão de dar seguimento aos diversos casos de violação de direitos reportados nas comunidades. Estabeleceu-se 8 centros de alfabetização, 4 em

cada distrito, de modo a dar seguimento das aulas interrompidas em 2020; Fez-se o levantamento ou mapeamento de 12 associações comunitárias no distrito de Chibabava e 52 no distrito de Buzi, estas estão no projecto na questão de empoderamento da mulher através dos grupos de poupança.

Nível 2. Nacional

No nível nacional as actividades implementadas pela JustaPaz e também em coordenação com o Fórum de Monitoria de Mecanismo da Revisão Periódica Universal (FMMRPU), Aliança da Sociedade Civil Contra Usurpação de Terras (ASCUT) e pelo governo de Moçambique através da Direcção Nacional dos Direitos Humanos.



i. **ASCUT –** Aliança da Sociedade Civil Contra Usurpação de Terra em Moçambique, uma plataforma de organizações da sociedade civil virada para a área de terras. Actualmente, o secretariado encontra-se hospedado na JustaPaz. Neste período várias actividades foram realizadas, onde se pode destacar as seguintes:

   - Organização de uma mesa redonda com intuito de debater matérias relacionadas com planificação e orçamento no sector agrário. O objectivo principal era o de analisar o processo de planificação e orçamento no sector agrário envolvendo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural na qualidade de implementador. Tomaram parte deputados das comissões de Plano e Orçamento e de Agricultura, Economia e Meio Ambiente, como órgão fiscalizador e Ministério da Economia e Finanças como o sector responsável pela alocação dos fundos.

Na sua intervenção de abertura do evento, a Sra. Telma Tonela, em representação do Secretariado desta plataforma, referiu que a agricultura constitui a base da economia nacional, tendo em conta que a maioria da população depende desta actividade para a sua sobrevivência. Referiu ainda que a actividade constitui uma das agendas da ASCUT, na medida em que pretende influenciar para uma boa prestação de serviços agrários em Moçambique, através de alocação efectiva de extensionistas, difusão de novas técnicas que possam ajudar os camponeses a mitigar os efeitos das mudanças climáticas no processo da sua produção.



António Palate em representação da Plataforma, começou por falar dos momentos da planificação em que as OSC devem concentrar as suas acções, tendo referido que estas podem participar na apreciação do balanço do PESOD pelo Conselho Local Distrital (Finais de Janeiro); Realização das Consultas às Comunidades (Finais de Maio); e Aprovação do PESOD pelos Conselhos Locais Distritais (Finais de Junho). Mais ainda, Palate falou de forma detalhada dos momentos em que as OSC podem participar no processo de planificação, tendo referido que a nível distrital podem participar nos meses de Junho/Julho na apresentação do Relatório Distrital Semestral de meio ano (Balanço do PES) relata todas as actividades realizadas durante 6 meses; a Nível da Provincial as organizações também podem participar no mês Junho/Julho Relatório Provincial Semestral de meio ano (Balanço do PES), relata todas as actividades realizadas durante 6 meses; e a Nível Central podem participar nos meados do mês de Fevereiro, onde o Governo fornece informações sobre a execução do PES e do OE do Ano Fiscal anterior à AR.

Na mesma senda este falou do processo de fiscalização tendo dito que deve ocorrer ao longo de todo o exercício financeiro.

Neste caso, o Legislativo é responsável por aprovar planos estratégicos e orçamentos (bem como por supervisionar todo a planificação estratégica e processo de alocação de recursos), Também é responsável por manter o Executivo responsável pela implementação dos planos e orçamentos e devem monitorar as despesas, desempenho e gestão de integridade ao longo do ano financeiro.



O Ministério da Economia e Finanças, representado pelo Sr. Mário Gonzaga, informou que "*a planificação é um processo dinâmico que visa modificar a realidade actual para uma situação diferente e substancialmente melhor. A mesma consiste na escolha dos objectivos de curto, médio e longo prazos e na previsão dos meios e formas para que tais objectivos tenham maiores probabilidades de serem alcançados. Referiu ainda que o processo de planificação é baseado em agendas internacionais, regionais e nacionais, como por exemplo: Agenda 2063 – A África que Queremos; Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – NEPAD; Mecanismo Africano de Revisão de Pares - MARP; Agenda 2030 - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; Programa Quinquenal do Governo 2020-2024; Plano Quinquenal Provincial 2020-2024; e Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), entre outros*".

Sobre o envolvimento da Sociedade Civil no processo de planificação, o mesmo disse que, para tal podem usar o Observatório de Desenvolvimento (OD) que é um fórum consultivo e participativo entre o Governo e os parceiros nacionais e internacionais. O mecanismo visa promover o desenvolvimento sócio-económico sustentável, realizado entre o Governo, Parceiros de Cooperação Nacionais e Internacionais, a Assembleia, Organizações da Sociedade Civil, Associações do Sector Privado, Sindicatos, Confissões Religiosas, a Comunidade Académica e as ONG's baseados na Província.

Para além do OD, a Sociedade Civil tem um papel fundamental e participa em todo processo de planificação e orçamentação, através de fornecimento de subsídios na primeira fase que é a elaboração CFMP, assim como no processo de monitoria daquilo que foi planificado.

Os parlamentares falaram sobre o processo de fiscalização da execução dos planos e orçamento alocados aos serviços de Extensão Agrária, serviços de sementes, agroecologia, e adaptação às mudanças climáticas.



António Niquice
(Presidente da 2ª Comissão)



Alberto Valoi
(Representante da 5 Comissão)

De acordo com estes, a fiscalização parlamentar abrange toda a actividade que concorre para o bem-estar dos cidadãos e o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

i. Fiscalização do cumprimento da Constituição e demais leis;
ii. Fiscalização da regulamentação das Leis;
iii. Fiscalização do cumprimento dos planos: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2025, Programa Quinquenal do Governo, Plano Económico e Social e planos sectoriais (educação, saúde, género, agricultura, economia, etc.).



Os mesmos apresentaram dados referentes ao PQG 2019-2024 e os seus níveis de realização. Referiram que em 2019 tiveram 730.111 produtores que adoptam tecnologias disseminadas, o que representa 15% de abrangência da população camponesa e, para 2024 prevê-se um incremento para atingir os 25%, isto é, 1.200.000 pessoas.

Sobre os dados de fiscalização para o ano de 2020, os deputados constataram que o Governo não cumpriu com o planificado para o Plano Económico e Social, o que pode concorrer para o incumprimento das metas do quinquénio. Destacaram os novos pacotes tecnológicos na área de sementes como um dos indicadores não cumpridos por estar ainda em curso a investigação das sementes de milho, mapira e feijões a serem disponibilizados aos produtores na II época da Campanha 20/21.

Esta mesa redonda serviu também para informar as OSC do nível de realização do plano quinquenal do sector agrário e seu plano de monitoria; sobre o orçamento alocado para os Serviços de Extensão Agrícola, Serviços de Sementes, Agroecologia e Sistemas agrícolas para Adaptação às Mudanças Climáticas.

Ainda, as OSC tomaram conhecimento sobre os dados referentes a fiscalização da execução dos planos e orçamento alocados aos serviços de extensão agrária, serviços de sementes, agroecologia, e adaptação às mudanças climáticas, bem como sobre os procedimentos de planificação e orçamentação, com enfoque para os momentos em que os cidadãos e sociedade civil pode participar.
No período em análise, o projecto levou a cabo diversas acções, com destaque para a participação no evento de entrega oficial ao Governo da Coletânea de Relatórios da Sociedade Civil Moçambicana ao Terceiro Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas – 2021.



Dr. Sousa Chele - Director executivo do Fórum de Monitoria dos Direitos Humanos *procedendo a entrega oficial do relatório à Ministra da Justiça, Assuntos Constitucional e Religiosos*



Momento de Entrega oficial da Coletânea dos relatórios da SC, de esquerda a direita ***Sousa Guiliche*** *(FMMRPU);* ***Dra. Helena kida****, Ministra da JACR; representante da* ***CEPAD*** *e* ***Telma Tonela*** *(Justa-Paz/ASCUT).*

Importa referir que a JustaPaz é membro fundador do Fórum de Monitoria dos Direitos Humanos, uma plataforma de organizações da sociedade civil em prol dos direitos humanos. Participaram neste encontro, membros do Governo, do Parlamento através da 1 Comissão, parceiros de cooperação internacional e organizações da sociedade civil.

A coletânea é o conjunto de quatro relatórios e dois informes de especialidade produzidos pelas organizações e coligações da sociedade civil submetidos ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no âmbito da avaliação de pares de Moçambique que decorreu em Maio de 2021, enquadrada no Terceiro Ciclo do MRPU.

Os relatórios e informes constantes desta coletânea centram-se na situação geral dos Direitos Humanos, Direitos Humanos das raparigas, direitos sexuais no contexto social, económico, cultural e da COVID-19, nas questões da terra e direitos à alimentação, pessoas com deficiência, incluindo crianças e mulheres com deficiência. Aborda também a situação dos Direitos Humanos das minorias sexuais e um estudo de caso sobre a problemática da usurpação de terras em Moçambique.

Junto com outras organizações, participamos em acções de *lobby* e advocacia através de contactos com instituições públicas, nomeadamente: o Ministerio da Terra e Ambiente para o processo da Revisão da Politica Nacional de Terras – RPNT, que actualmente está em auscultação e discussão em Moçambique.

Participou em comemorações de datas regionais e internacionais relevantes, nomeadamente os 16 dias de ativismo.

Imprimiu-se dísticos para a visibilidade do seguinte evento: "Quinzena dos Direitos Humanos 25 de Novembro a 10 de Dezembro" que incluiu a impressão da Coletânea de Relatórios da Sociedade Civil Moçambicana ao Terceiro Ciclo do MRPU dos Direitos Humanos da ONU – 2021, para dar a conhecer por representantes dos partidos políticos extraparlamentares.

Faze 3. Internacional

Internacional - actividades realizadas em parceria com a LWF (Igreja Mundial Luterana) a partir de Genebra - Suíça. A LWF faz actividades de lobby e advocacia para que os relatórios da sociedade civil de Moçambique na área dos DH sejam aceites pela comissão dos direitos humanos das Nações Unidas e também providencia apoio técnico para a elaboração dos relatórios temáticos previstos pelo projecto.

A JustaPaz através do Fórum de Monitoria do Mecanismo de Revisão Periódica (FMRPU) participou em várias reuniões de *lobby* e advocacia com diversas missões diplomáticas sediadas em Genebra, Suíça. Os encontros visavam advogar ou fazer *lobby* de um conjunto de recomendações consentâneas com a situação dos Direitos Humanos em Moçambique junto dos representantes das missões permanentes dos Estados – membros da ONU que posteriormente fazem as recomendações para o país em revisão.



Deste modo, encontros virtuais foram mantidos com a Alemanha, Portugal, Rússia, Irlanda, Reino Unido, Suíça, Holanda, Estados Unidos da América, Bélgica e Uruguai. Importa referir que a reunião realizada com o Governo alemão contou também com a presença da Amnistia Internacional, através do seu escritório sediado em Johannesburg, República da África do Sul. Estes encontros foram facilitados pelo seu parceiro de implementação de internacional, a LWF (Igreja Mundial Luterana) que participa no projecto através de acções de lobby e advocacia internacional. Ainda como parte da sua estratégia de advocacia foram produzidas folhas informativas que foram entregues a estas missões diplomáticas.

A Conferência Internacional sobre a Reforma da Política Nacional de Terra em Moçambique, evento organizado pela Aliança da Sociedade Civil Contra Usurpação de Terras (ASCUT), contou com cerca de 85 pessoas entre presenciais e virtuais. O objectivo principal foi de proporcionar um espaço de debate inclusivo entre as Organizações da Sociedade Civil nacionais e internacionais, Instituições Académicas e o Governo em busca de experiências sobre modelos seguros de reforma de terra.





A conferência iniciou com notas de boas vindas proferidas pela Directora Executiva da JustaPaz (Secretariado da ASCUT), tendo dito que ASCUT é um dos parceiros da Comissão da Revisão da Política Nacional de Terra (CRPNT) e tem desenvolvido actividades cuja finalidade passa em contribuir com acções concretas para tornar o processo da Revisão da Política Nacional de Terra (RPNT) inclusivo, democrático, onde os diferentes segmentos da sociedade participem activamente nas discussões e que os seus pontos de vista em volta deste processo sejam respeitados e tomados em consideração, e a conferência é parte das várias acções da ASCUT.



Como perspectivas do evento esperava-se ouvir da comissão responsável deste processo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) como decorreu a primeira fase, quais foram as lacunas e desafios

encontrados e de que forma as OSC e ASCUT em particular poderão trazer as mais-valias para que no final tenhamos uma política que satisfaça as demandas, interesses e pontos de vista da maioria dos moçambicanos.

Dai que, os debates levados a cabo nesta conferência devem ser vistos como uma contribuição para este processo, onde se espera colher experiências sobre modelos seguros de reforma de terra, olhando especialmente para a operacionalização de questões como a transmissibilidade da terra.



A representante da União Europeia, parceiro financeiro que apoia o projecto da ASCUT denominado SCURN, sublinhou que a sua organização apoia as reformas das políticas da área de terra e agricultura e que as suas abordagens versam sobre maior equidade e actividades que irão garantir os direitos das populações. Por sua vez, o Director Nacional de Terra, representante do Ministério da Terra e Ambiente, vincou que o processo de revisão da política de terra, ora em curso, deverá ter em conta três premissas fundamentais:

i. Manutenção da propriedade do Estado sobre a terra e os outros recursos naturais;
ii. Garantia do acesso e uso da terra por todos os moçambicanos;
iii. Protecção dos direitos adquiridos pelas comunidades locais.

Feitas as notas introdutórias, seguiu-se um momento cultural, com uma peça teatral pelo Centro de Teatro do Oprimido (CTO) um dos membros da ASCUT. A peça teatral “TERRA NOSSA” trouxe as várias causas e factores do fenómeno de usurpação de terra e o impacto que o fenómeno representa para as comunidades, com o intuito de chamar aos presentes no evento a reflectirem em torno da problemática de terra em Moçambique, conforme ilustram algumas fotografias captadas no momento da encenação.





Para falar dos Fundamentos da Revisão da Política Nacional de Terra e Lições aprendidas da primeira fase da auscultação, o representante da CRPNT contextualizou o porquê desta revisão e mencionou que se baseia nos seguintes pontos:

- Promover os investimentos usando a terra;
- Reduzir os conflitos de terra;
- Melhorar o sistema de acesso, posse, uso e aproveitamento da terra;
- Responder aos desafios da consolidação das estruturas da economia de mercado;
- Enquadrar os desafios sobre as mudanças climáticas na protecção do planeta terra;
- Proactividade sobre a emergência dos megaprojectos e o acelerado processo de urbanização;
- Tornar o quadro de gestão e uso de terra mais robusto e previsível.



Foi ainda neste período, realizada uma **conferência internacional sobre a reforma da política nacional de terra em moçambique**: experiências, expectativas e aprendizagens globais de reforma da terra.

As principais áreas temáticas de discussão foram os seguintes:

- Participação Comunitária;
- Ordenamento territorial e processos de reassentamento;

- Investimento privado e valoração da terra;
- Segurança, previsibilidade e transmissão do DUAT;
- Quadro institucional da administração da terra;

Expectativas e Engajamento da Mulher na Reforma da Política Nacional sobre Terra em Moçambique



Relativamente as Expectativas e Engajamento da Mulher na Reforma da Política Nacional sobre Terra em Moçambique, a representante do Fórum Mulher disse dentre outros aspectos que a revisão desta política não seja para se perder o que já se conquistou e,

- Que permaneça o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra para as Mulheres, pois este foi um ganho importante para as Mulheres Moçambicanas, uma vez que mesmo sem o DUAT a Mulher em Moçambique pode ter direito à terra;
- Deve haver uma melhoria nos processos de comunicação, com as mulheres assegurando a sua participação de forma equitativa;
- Deve-se criar um mecanismo ou dispositivo legal que garanta a preservação dos direitos das mulheres à terra quando se faz o reassentamento, no âmbito dos mega projectos;

De forma bem sublinhada, o Fórum Mulher tem como expectativa a colocação da mulher como prioridade na agenda da revisão da Política Nacional Sobre Terra em Moçambique, pois, estas não se sentem representadas na CRPNT.



No concernente a Participação e Expectativas dos Jovens no Processo da Revisão da Política Nacional de Terras, a representante do Cento para a Democracia e Desenvolvimento (CDD) apresentou que de forma unânime, por um lado os jovens reportam a falta de acesso a terra e burocratização do acesso ao DUAT, por outro lado, as mulheres jovens colocaram a questão da língua, como é discutida esta questão

da reforma da Política Nacional de Terra (PNT) em línguas locais para assegurar a inclusão de todos no que concerne a percepção dos conteúdos deste processo.

Importa referir que esta conferência contou com dois oradores internacionais, que abordaram EXPERIÊNCIAS GLOGAIS SOBRE PROCESSOS DE REFORMA DA TERRA: Reforma do Quadro Legal de Terras no Brasil – Implicações políticas, sociais, culturais e antropológicas para as Comunidades Rurais e Urbanas; e Local Land Rights in a Global Land Reform Context da Etiópia nomeadamente.



Durante as apresentações houve momentos de debate onde os participantes teceram diversos comentários e colocaram questionamentos aos painelistas conforme ilustram as imagens abaixo.

A conferência terminou com apresentação de um *"draft"* de documento de posição da ASCUT sobre a revisão da legislação ora em curso. Dos diversos pontos levantados considera a ACTUT que:

> Devem ser realizadas sessões técnicas conjuntas com todos os segmentos da sociedade que tenham interesse nestas matérias onde a CRPNT deverá fazer-se presente para uma discussão mais profunda, clarificação e consideração da maior parte das contribuições/preocupações dos cidadãos e integrá-los nos documentos legais propostos pela comissão;

É necessário trazer neste processo a clarificação dos seguintes conceitos:

- Papel do Estado e Governo no processo de governação e gestão de terra;
- Papel do Líder Comunitário;
- Comunidade local;
- Transmissibilidade da terra;
- Colaterização da terra.

Elaboração de regulamentos ou decretos para resolução de parte das preocupações ou lacunas que a actual legislação apresenta e não necessariamente uma revisão estruturante/geral da política e também que a CRPNT deve continuar a empenhar-se no sentido de melhorar a sua metodologia de

envolvimento de todos os actores da sociedade civil neste processo de modo que o mesmo seja inclusivo, transparente e que reflicta os anseios dos moçambicanos.

Ainda nesta componente foram realizados diversos encontros de coordenação entre os membros e foi produzido um vídeo que aborda sobre a importância do uso de sementes.

2.3 Projecto Her Voice Fund

A JustaPaz em parceria com a iniciativa Her Voice Found e a AMPDC implementam um projecto denominado "Fortalecendo Mulheres e Raparigas para a tomada de decisão - "A MINHA VOZ".

No período em curso foi feita a apresentação pública desta iniciativa que conta com o envolvimento de mais 4 organizações nacionais.





O projecto tem como finalidade de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos das mulheres e raparigas, elevando deste modo, o seu conhecimento e habilidades para que possam influenciar as políticas e participar efectivamente dos fóruns de tomada de decisão.

Uma vez já estabelecidos vários clubes de raparigas nos distritos de Buzi e Chibabava, num trabalho conjunto entre a JustaPaz e a AMPDC no âmbito do programa UPR, o projecto MINHA VOZ, através dos pontos focais de cada clube, identificou e seleccionou as raparigas com base na idade e estabilidade na vida escolar para integrarem ao novo projecto. A nível do distrito de Chibabava, as localidades abrangidas foram de Hamamba sede, Gonda e a comunidade de Mutabira e no Distrito de Búzi foi abrangida a localidade de Guara-Guara nas comunidades de Manheche, Mbuine e Guara- Guara sede. Em cada Escola foi seleccionado um número de 15 a 20 raparigas com idades que variam entre 10 a 16 anos. Raparigas estas que ainda não se envolveram em uniões prematuras.



Encontro entre a AMPDC e o presidente do CCD Chibabava

A nível dos conselhos consultivos distritais (CCD), tanto no distrito de Buzi, bem como em Chibabava não foi possível um encontro com todos membros que compõem os conselhos consultivos, contudo, foi possível manter encontro com os presidentes dos conselhos consultivos dos dois distritos (Buzi e Chibabava).

Nos encontros com os presidentes dos CCD foi possível de uma forma breve apresentar o projecto MINHA VOZ e colher a lista actualizada dos membros do conselho consultivo nos quais apresentou-se oficialmente o projecto e colheu-se sensibilidades sobre como as raparigas podem fazer parte do projecto.



De salientar que este projecto encontra-se na sua segunda fase de implementação.

Actividades desenvolvidas:

- Finalização da brochura sobre Políticas Públicas e sua relação com os direitos humanos de mulheres e raparigas;
- Diálogo com as meninas, principalmente pelo seu envolvimento na concepção da brochura, nelas, recolheu-se opiniões para serem inclusas na brochura;
- Também participamos em reuniões de coordenação com outros parceiros nacionais.

Importa referir que ao produzir a brochura, pretendemos minimizar a falta de informação sobre os direitos das mulheres e raparigas relativamente à participação em fóruns de discussão e tomada de decisão a nível local. Desenvolvemos o folheto com base nas ideias e percepções das meninas que se beneficiariam do projecto.

Por exemplo, na comunidade de Mutabira no distrito do Búzi, 7 das 10 raparigas identificadas que participaram na elaboração da brochura, disseram não saber o que é participação e tomada de decisão, e não sabem o que é a Consulta Distrital Conselhos são (DCCs) e nunca tinha ouvido falar sobre os CDCs (Comitê de Desenvolvimento Comunitário).

Para resolver o problema, JustaPaz e AMPDC em parceria com HVF vão usar o folheto sobre políticas públicas e sua relação com os Direitos Humanos de mulheres e meninas para capacitar a AGYW sobre essas questões por meio de treinamento e advocacia.

O principal desafio observado neste período estava relacionado à abrangência de mulheres e meninas sobre os temas em questão para a maioria delas, foi a primeira vez que ouviram falar desses fóruns de participação onde homens e mulheres podem compartilhar suas ideias de forma igualitária.
Assim, e como esperado, foram planejadas ações de formação para esses temas e serão realizadas no segundo período de intervenção.

Outro desafio está relacionado ao período em que os conselhos consultivos se reúnem. De acordo com a lei, essas reuniões de planejamento devem ocorrer em setembro/outubro de cada ano e a adopção de recomendações entre março/abril do ano seguinte.

3. MANUAIS, ESTUDOS E PESQUISAS

3.1. Manuais

- Produção de uma brochura em banda desenhada para a capacitação dos membros dos conselhos consultivos com enfoque para a estrutura e funcionamento dos governos distritais e dos próprios conselhos consultivos;
- Produção de um manual com Noções sobre a resolução de conflitos, com destaque aos conceitos de conflito, mediação e conciliação de diferendos do dia-a-dia dos cidadãos e orientado para ser usado pelas instituições religiosas e tribunais comunitários.
- Produção de uma brochura de apoio para os membros dos tribunais comunitários em banda desenhada que aborda matérias sobre a Justiça Restaurativa;
- Produção de um manual que aborda de forma clara sobre as noções básicas do conflito e as várias formas de como lidar ou resolver conflitos, sobretudo na perspectiva dos conflitos provocados pelo uso e aproveitamento da terra;
- Produção de uma brochura que aborda um caso real de uma união prematura, com ilustrações em gravuras (banda desenhada) que sirva de instrumento para a sensibilização das comunidades sobre este mal que preocupa não só as comunidades afectadas, mas também a sociedade no geral.

3.2. Estudos

Com o objectivo de ter dados iniciais sobre os grupos-alvo das 3 componentes do projecto conflitos, que permitissem uma planificação das actividades em conformidade com a realidade, foram realizados estudos de base nos 7 (sete) distritos (Jangamo, Funhalouro, Mulevala, Ile, Namacura, Mossuril e Mogovolas) seleccionados para o ciclo que iniciou a 1 de Julho de 2021 a 30 de Junho de 2024.

- Realizado um estudo de base na componente Governação que procurava perceber se do total das acções constantes no PESOD de 2021, quantas foram feitas pelos membros do conselho consultivo, e quantas mulheres intervieram na última reunião do conselho consultivo;
- Realizado um estudo de base na componente Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religiosos com o objectivo de saber do número de casos que foram mediados pelos juízes comunitários nos últimos 6 meses, e quantas iniciativas de prevenção de conflitos foram promovidos pelos líderes religiosos nos últimos 6 meses;
- Realizado um estudo de base na componente Direitos Humanos da Mulher e Rapariga com o objectivo de ter dados sobre o número das denúncias de casos de uniões prematuras recebidas pelas escolas seleccionadas para o efeito nos últimos 6 meses.

3.3. Pesquisas

Realização de uma pesquisa nos distritos de Jangamo e Funhalouro sobre o funcionamento dos Conselhos Consultivos.



Lazáro Mabunda - Consultor entrevistando Membros do Conselho Consultivo do distrito de Jangamo

A pesquisa tinha como objectivo principal mapear o contributo dos conselhos consultivos locais na edificação da paz.

Conclusões do estudo:

- O estudo mostra que os CCD estão a ter um papel limitado na resolução de potenciais conflitos, devido a forma como são constituídos e às alterações feitas no despacho inicial sobre a sua organização e funcionamento.
- O Despacho Ministerial conjunto de 13 de Outubro de 2003 dava mais autonomia de funcionamento e decisória aos Conselhos Consultivos, mas essa autonomia foi-lhes retirado com a aprovação do Diploma Ministerial nº67/2009, de 17 de Abril, que passou a dar maior poder às autoridades governamentais locais, não apenas de liderança e suas dependência como também de influência sobre as decisões dos conselhos locais;
- Os CCD foram-lhes retirados o poder que tinham de exercer a monitoria das actividades dos governos locais;
- A actual composição dos Conselhos Consultivos pouco sensível a diversidade política e religiosa limita o surgimento de contradições benéficas que conduzam à busca de consenso;
- Os conflitos que surgem ao nível das comunidades não são objectos de discussão nos CCD, salvo conflitos relacionados com as cobranças de reembolso dos valores do FDD. Outros conflitos são dirimidos pelos tribunais comunitários e judiciais locais. Os CCD são hoje órgãos para discutir essencialmente os PESOD (proposta e balanço da sua execução). Há conflitos que surgem que são geridos ao nível dos CCD, sem serem resolvidos;
- Os Conselhos enfrentam alguns constrangimentos no seu funcionamento, dos quais relacionados com a ausência de membros nalgumas sessões, devido à falta de condições logísticas para a sua deslocação e acomodação à sede do distrito onde as sessões ocorrem.

RECOMENDAÇÕES

- Necessidade de observância de inclusão de outras sensibilidades políticas e religiosas no processo da eleição ou indicação dos membros dos CCD;
- Necessidade de revisão do Diploma n.º67/2009 de modo a permitir que os CCD sejam também órgãos de monitoria efectiva de governação ao nível local
- Garantia de independência dos CCD na constituição da sua agenda, na sua actuação e nos processos deliberativos;
- Criação de condições logísticas para o pleno funcionamento dos CCD;
- Capacitação dos membros dos CCD sobre questões do género, conflitos e os potenciais riscos que a exclusão social na geração de conflitos no futuro;
- Maior transparência na gestão de bens comunitários.

No decurso do primeiro semestre de 2021, o IEPA iniciou a segunda fase da pesquisa intitulada "*Mulher, rapariga e direitos humanos*: estudo de caso da província de Inhambane, distritos de Jangamo e Funhalouro".

A pesquisa visava identificar as actuais taxas percentuais de uniões prematuras e permanência da rapariga na escola, e os respectivos possíveis conflitos.

4. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS E TREINAMENTOS

- Participamos em acções de *lobby* e advocacia através de contactos com instituições públicas, nomeadamente o Ministério da Terra e Ambiente para o processo da Revisão da Politica Nacional de Terras – RPNT, que actualmente está em auscultação e discussão em Moçambique;
- Participou em comemorações de datas regionais e internacionais relevantes, nomeadamente os 16 dias de ativismo;
- No âmbito da componente Abordagem Religiosa, participamos num encontro de Discussão dos Termos de Referência sobre as celebrações dos 30 anos dos acordos gerais de Roma. O mesmo teve lugar na Direcção Nacional dos Assuntos Religiosos;



- Participamos num retiro que tinha como objectivo de harmonizar a proposta de Lei de Liberdade Religiosa e de Culto organizado pela Direcção Nacional de Assuntos Religiosos;
- Em parceria com o CIP, participamos numa conferência sobre Recursos naturais, resolução de conflitos e mediação local nas comunidades extractivas e afectadas por conflitos nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala em Moçambique", nela apresentamos um "paper" sobre a experiência da JustaPaz no trabalho com os Conselhos Consultivos. O evento teve lugar em Inhassoro, na província de Inhambane.
- Participamos numa mesa redonda na cidade de Inhambane que envolveu os membros da Assembleia Provincial, o respectivo presidente da Assembleia Provincial e o Governador provincial. Na mesma senda, a JustaPaz deu um treinamento em técnicas de negociação e mediação aos membros da Assembleia Provincial com o intuito de que estes possam melhorar o seu trabalho e interação com as comunidades na busca de soluções sobre os problemas que a província enfrenta.





Presid. da Assembleia Provincial de Inhambane (Esq.), Governador da Província de Inhambane (Centro) e Coordenador da JUSTAPAZ (Direita)

Treinamento

Como forma de adequar aos novos procedimentos do PPM, os coordenadores da JustaPaz beneficiaram-se de um treinamento sobre planificação, monitoria e avaliação, o mesmo foi ministrado pela Resolves, por sinal representante do PPM em Moçambique.

QUADRO DE FOTOS
















SCURN